

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
É com satisfação que apresentamos as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018 da Unimed Saúde e Odonto S.A. ("Operadora") e o relatório dos auditores independentes.

Conjuntura econômica
O ano de 2018 fechou com indicadores econômicos dentro das expectativas do governo. O PIB teve alta de 1,3% no ano pouco abaixo das expectativas iniciais do governo. O ambiente político com a renovação dos governos, trouxe uma melhor expectativa ao futuro cenário político e econômico. O IPCA - índice nacional de preços ao consumidor amplexo fechou o ano em 3,75%, abaixo do teto estipulado pelo governo. O desemprego teve uma redução no final de 2018, atingindo 11,6% da população econômica ativa, com cerca de 12,2 milhões de brasileiros. A taxa de juros fechou o ano de 2018 em 6,42%.

O mercado de planos exclusivamente odontológicos vem nos últimos anos apresentando resultados consistentes, com crescimento no número de beneficiários. O número de beneficiários em 2018 fechou o ano com 24,2 milhões de beneficiários exclusivamente odontológicos, com aumento de 1,4 milhão de novos beneficiários.

Desempenho Econômico-Financeiro
A Unimed Saúde e Odonto S.A. encerrou o ano de 2018 com R\$ 73,8 milhões em contraprestações líquidas, apresentando um crescimento de 8,9% em relação ao exercício anterior. Os eventos indenizáveis líquidos totalizaram R\$ 33,1 milhões (R\$ 28,2 milhões em 2017), com uma sinistralidade de 47,2% (43,8% em 2017). O resultado financeiro alcançou R\$ 3,8 milhões, aumento de 87,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. O aumento se deve ao maior volume de investimentos financeiros, decorrente do aumento de capital no montante de R\$ 30,0 milhões.

As despesas administrativas e as receitas e despesas operacionais diminuíram 16,7%, totalizando R\$ 23,6 milhões em 2018 (R\$ 28,3 milhões em 2017). O lucro do exercício de 2018 no montante de R\$ 7,5 milhões está sendo utilizado para compensação de prejuízos acumulados.

Os ativos totais totalizaram R\$ 71,9 milhões ao final de 2018 (R\$ 30,9 milhões em 2017), o que representa um aumento de 133,0% em relação ao exercício anterior. O aumento decorre do crescimento da carteira de investimentos, devido a capitalização de sua controlada, Unimed S.A., no montante de R\$ 30,0 milhões.

Capital Social: O patrimônio líquido da Operadora alcançou R\$ 57,7 milhões em dezembro de 2018, representado por 100.000.000 de ações.

Remuneração aos acionistas
Após as deduções relativas à reserva legal, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 10% do lucro líquido, conforme estabelecido no Estatuto Social.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS Exercícios Fíndos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Notas	2018	2017
Contraprestações efetivas de plano de assistência odontológica		70.230	64.471
Receitas com operações de assistência odontológica		73.799	67.786
Contraprestações líquidas	17.a	73.799	67.786
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência odontológica da operadora		-	-
Eventos indenizáveis líquidos	17.b	(3.569)	(3.315)
Eventos conhecidos	17.c	(33.118)	(28.211)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados		(446)	2.593
Resultado das operações com planos de assistência odontológica		37.112	36.260
Outras receitas operacionais de planos de assistência odontológica	17.e	-	808
Receitas de assistência odontológica relacionadas com planos odontológicos da operadora	17.e	22	1
Outras despesas operacionais com plano de assistência odontológica	17.e	(1.599)	(4.182)
Outras despesas de operações de planos de assistência odontológica		(1.838)	(1.474)
Provisão para perdas sobre créditos		239	(2.708)
Outras despesas operacionais de assistência odontológica não relacionada com planos odontológicos da operadora	17.e	(759)	(85)
Resultado bruto		34.776	32.802
Despesas de comercialização	17.d	(7.189)	(6.944)
Despesas administrativas	17.f	(21.220)	(20.048)
Resultado financeiro líquido	17.g	3.792	2.026
Receitas financeiras		4.007	2.088
Despesas financeiras		-	(62)
Resultado antes dos impostos e participações		10.159	3.836
Imposto de Renda	18	(1.731)	(1.223)
Contribuição Social	18	(651)	(460)
Participações sobre o lucro		(306)	(249)
Resultado líquido		7.471	1.904
Quantidade de ações	15.a	100.000.000	40.000.000
Lucro por ação		0,07	0,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Notas	2018	2017
Ativo		71.912	30.864
Circulante		52.265	15.931
Disponível		1.140	638
Realizável		51.125	15.293
Aplicações financeiras	5	45.177	11.219
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		1.546	779
Aplicações livres		43.631	10.440
Crédito de operações com planos de assistência odontológica		2.582	1.506
Contraprestação pecuniária a receber	6	1.887	1.501
Contraprestações e Responsabilidade Assumida		695	-
Outros créditos de operações com planos de assistência odontológica		-	5
Despesas diferidas	7	1.036	725
Créditos tributários e previdenciários	8	1.100	714
Bens e títulos a receber	9	1.128	1.114
Despesas antecipadas		102	15
Não circulante		19.647	14.933
Realizável a longo prazo		18.747	11.152
Aplicações financeiras	5	18.121	10.909
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		12.180	7.447
Aplicações livres		5.941	3.462
Créditos tributários e previdenciários	8	207	153
Depósitos judiciais e fiscais		-	90
Imobilizado		83	102
Imobilizado de uso próprio		83	102
Não odontológicos		83	102
Intangível	10	817	3.679
Total do ativo		71.912	30.864

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios Fíndos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Capital social	Avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	38.134	(3)	(19.926)	18.205
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	10	-	10
Lucro do exercício	-	-	1.904	1.904
Saldos em 31 de dezembro de 2017	38.134	7	(18.022)	20.119
Aumento de capital - conforme AGÉ de 15/02/2018	30.000	-	-	30.000
Ajuste de títulos e valores mobiliários	-	36	-	36
Lucro do exercício	-	-	7.471	7.471
Saldos em 31 de dezembro de 2018	68.134	43	(10.551)	57.626

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Unimed Saúde e Odonto S.A. (doravante denominada por "Operadora"), registrada na ANS sob nº 41680-1, é uma operadora de planos odontológicos que tem como missão tornar acessível à sociedade soluções em saúde bucal, baseada no modelo de atenção integral da saúde, com excelência no atendimento e valorização do profissional, e que faz parte do Sistema Cooperativo Unimed, que é formado pelas cooperativas médicas que atuam sob a denominação Unimed, pelas suas federações, pela confederação nacional e por empresas associadas. A Operadora atua de forma integrada com esse conjunto de organizações e mantém com elas diversas operações. A Operadora compartilha com sua Controladora direta e indireta, Unimed Seguros Saúde S.A. e Unimed Seguradora S.A., certos componentes da estrutura operacional e administrativa, sendo o custo correspondente atribuído a cada uma das empresas segundo critérios estabelecidos pela Administração. A Operadora é controlada direta da Unimed Seguros Saúde S.A. e controlada indireta da Unimed Seguradora S.A., cujo controlador final pertence à Unimed Participações S.A. A Operadora é uma sociedade por ações e está subordinada às diretrizes e normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), à qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos odontológicos, de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis.

2 BASE PARA PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Resolução Normativa ANS nº 418, de 26 de dezembro de 2016 e alterações posteriores, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela ANS. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 20 de fevereiro de 2019. **b. Base para preparação:** Na elaboração das presentes demonstrações financeiras foi observado o modelo de publicação contido na Resolução Normativa nº 418/16, sendo apresentadas segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. **c. Continuidade:** A Administração considera que a Operadora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material, que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Operadora continuar operando, portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. **d. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens no balanço patrimonial: **i.** Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; **ii.** Ativos financeiros disponíveis para venda; **iii.** Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da ANS. **e. Moedas funcionais e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Operadora. Todas as informações financeiras individuais apresentadas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **f. Utilização de estimativas e julgamento:** A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as normas referendadas pela ANS e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativas, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas: 5 - aplicações financeiras, 6.d - provisão para perdas de crédito, 11 - Movimentação das provisões técnicas e 14 - provisões para ações judiciais incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; e (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. **g. Segregação entre circulante e não circulante:** A Operadora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando estes atendem às seguintes premissas: Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decorrer normal do ciclo operacional (12 meses) da Operadora. **h. Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Operadora:** Novas normas ou alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018 quando referendadas pela ANS. Entre aquelas que podem ser relevantes para a Operadora, encontra-se: **(i) RN 442 de 20 de dezembro de 2018:** A RN 442 que altera a Resolução Normativa - RN nº 393, de 9 de dezembro de 2015, que dispõe sobre os critérios de constituição de Provisões Técnicas e institui a PEONA SUS e PIC, podendo ser constituídas gradualmente, de forma linear, ao longo de trinta e seis meses, a partir de janeiro de 2020. **(ii) CPC 48 - Instrumentos Financeiros:** O CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros introduziu um novo requerimento para a classificação e mensuração de ativos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39 (CPC 38). O CPC 48 será aplicável quando referendado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados. **a. Caixa e equivalentes de caixa:** Representam numerário disponível em caixa, em contas bancárias. Esses ativos apresentam risco insignificante de mudança do valor justo e são monitorados pela Operadora para o gerenciamento de seus compromissos no curto prazo. **b. Ativos Financeiros:** A Operadora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento, e (iii) ativos financeiros disponíveis para venda, (iv) determinação do valor justo e (v) redução ao valor recuperável de ativos financeiros. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. **(i) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Operadora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. **(ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **(iii) Ativos financeiros disponíveis para venda:** Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos não derivativos que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas nos resultados abrangentes e registradas no patrimônio líquido pelo valor líquido dos respectivos efeitos tributários sobre os ganhos (perdas) não realizados. Quando um investimento é realizado, o saldo acumulado e os juros são transferidos para o resultado. **(iv) Determinação do valor justo:** O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seu valor justo obtido a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Para os títulos de renda fixa privados denominados debêntures são utilizadas as cotações diárias fornecidas pela ANBIMA. Para as debêntures sem cotação na ANBIMA, utiliza-se a metodologia própria do custodiante, que pode utilizar o spread médio calculado a partir de preços médios das operações realizadas e registradas no Sistema Nacional de Debêntures. Os títulos de renda variável tiveram seu valor justo obtido a partir da última cotação publicada pela B3 - Brasil, Bolsa, Balcão. **(v) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva é que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas de valor (redução ao valor recuperável) dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida no patrimônio líquido para o resultado. As perdas dos demais ativos são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente; quando um evento subsequente inverte a perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **(vi) Empréstimos e recebíveis:** São ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos. Esses ativos são deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável e compreendem, substancialmente, "Contraprestações pecuniárias a receber". **c. Redução ao valor recuperável de contraprestações a receber:** A Operadora reconhece uma provisão para perdas sobre créditos referentes às contraprestações a receber com base em estudo e acompanhamento mensal de inadimplência histórica, e a mensura considerando a totalidade das contraprestações a receber vencidos acima de 30 dias. **d. Ativo imobilizado:** Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O software comprado que seja parte integrante da

funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil econômica estimada de cada parte de um bem do imobilizado, sendo depreciados conforme se segue: **• Bens móveis:** 5 a 10 anos; **• Instalações:** 5 a 10 anos; e **• Outros:** 5 a 10 anos. **e. Ativos intangíveis:** Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Operadora, são reconhecidos como ativos intangíveis quando é possível determinar a intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento e que benefícios econômicos futuros serão gerados. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com terceiros e equipes internas alocadas no desenvolvimento de software. Outros gastos com desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-las e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada. A Operadora revisou a vida útil estimada de seus ativos intangíveis e os prazos não sofreram alterações. Os ativos intangíveis são amortizados pela vida útil estimada, que é de aproximadamente 5 anos a partir da data em que o sistema entra em operação e são avaliados para impairment, caso haja indicativo de perda. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos com aquisição de carteira de clientes são classificados como ativos intangíveis. A amortização é realizada pelo prazo máximo de cinco anos, levando-se em consideração o número de beneficiários da carteira desde a aquisição. Mensalmente é realizado o acompanhamento do número de beneficiários e todas as excludes no número de beneficiários da carteira adquirida é ajustado proporcionalmente ao saldo residual, ajustando a amortização do período. **f. Despesas diferidas:** Compreendem as comissões relativas ao custo de ajustando os contratos odontológicos, sendo a apropriação ao resultado realizada de acordo com o período decorrido de vigência do período de cobertura. Todos os demais custos de aquisição são reconhecidos como despesa, quando incorridos. **g. Provisões técnicas de operação de assistência odontológica:** As provisões técnicas são constituídas em consonância com as notas técnicas atuariais e determinações contidas nas normas da ANS. **•** A provisão de contraprestação não ganha é constituída com base nas contraprestações apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário "pro rata die" do período de cobertura individual de cada contrato em pré-pagamento, a partir do primeiro dia de cobertura e as contraprestações emitidas antecipadamente ficam pendentes nas contas de compensação até o início de cobertura. **•** A provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais é constituída pelo valor a pagar cobrado pelo prestador ou beneficiário, com base nos documentos recebidos até a data do balanço. O valor contabilizado na rubrica "Recuperação de sinistros" corresponde às glós e coparticipação; e **•** A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) é calculada tomando por base o desenvolvimento matemático de triângulos de "run-off" para o período de 18 meses, utilizando o método *Benktander-Hovinen* mantendo os métodos *Chain-Ladder* e *Bornhuetter-Ferguson*. **h. Benefícios aos empregados: (i) Obrigações de curto prazo a empregados:** As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o respectivo serviço é prestado. **(ii) Planos de contribuição definida:** A Operadora também é patrocinadora de plano de previdência complementar administrado pela Unimed Seguradora S.A. para seus funcionários, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). O PGBL é um plano de previdência do tipo de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros no longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas pela empresa patrocinadora. A idade mínima para o recebimento dos benefícios é de 60 anos, respeitado o período mínimo de 10 anos de contribuição ao plano. As obrigações atuariais do PGBL estão integralmente cobertas pelo FIE correspondente. Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e são reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. **i. Provisões judiciais, ativos e passivos contingentes:** A Operadora reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente, que possa ser estimada de maneira confiável, como resultado de um evento passado, e é provável que o pagamento de recursos seja requerido para liquidação dessa obrigação. Os valores provisionados são aprovados por estimativa dos pagamentos que a Operadora possa ser obrigada a realizar em função do desfecho desfavorável de ações judiciais em curso de natureza civil não relacionada a sinistro, fiscal e trabalhista. As obrigações legais objeto de ações judiciais são provisionadas independentemente da perspectiva de êxito em relação ao desfecho final dos processos. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, mas seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. **j. Reconhecimento de receita: (i) Reconhecimento de contraprestação emitida de contratos de planos odontológicos -** as receitas de contraprestações dos contratos de planos odontológicos são reconhecidas proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco dos respectivos contratos. **(ii) Receita de juros -** as receitas de juros de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado) são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido, como resultado de perda por impairment, a Operadora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício.

k. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio: A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida com um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Operadora. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido no passivo na data em que são aprovados na Assembleia Geral Ordinária. O lucro do exercício de 2018 no montante de R\$ 7.471 foi utilizado para compensação de prejuízos acumulados. **l. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:** A provisão para imposto de renda do exercício corrente e diferido foi calculada à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável anual que exceder R\$240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas vigentes às diferenças temporárias quando elas reverterem, até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão liquidados simultaneamente. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas. Os créditos por perdas fiscais e de base negativa somente serão registradas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **m. Lucro líquido por ação:** O lucro líquido por ação é calculado dividindo-se o lucro pelo número de ações nominativas em poder dos acionistas nos exercícios fíndos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

4 GERENCIAMENTO DE RISCOS

O processo de Gerenciamento de Riscos é conduzido pelo Conselho de Administração, Diretoria e demais colaboradores, sendo aplicado no estabelecimento de estratégias, formuladas para identificar, em toda a Operadora, eventos em potencial, os quais são capazes de afetá-la, possibilitando que a Administração os conheça de modo a mantê-los compatíveis com o apetite ao risco desejado. Este processo habilita os colaboradores, em todos os níveis, a entender melhor os riscos aos quais seus processos estão expostos e em ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos, especialmente no tratamento das políticas mais relevantes para o negócio. Adicionalmente, o processo de gestão de riscos é composto por princípios, práticas, responsabilidades, procedimentos e ações, abrangendo os riscos de subscrição, mercado, líquido, crédito e operacional. Para fazer frente aos eventos de risco aos quais estamos expostos, essa estrutura é compatível com a natureza e complexidade dos produtos, serviços e processos da Operadora. A Diretoria Executiva do Grupo Seguros Unimed, no desempenho de suas atribuições como agentes de governança, contam com o suporte de Comitês de assessoramento, abaixo mencionados, compostos por membros da Diretoria Executiva, um conselho de colaboradores da Operadora e eventuais convidados de áreas específicas, possibilitando uma análise aprofundada das matérias de competência de cada Comitê. Os atos de zelar pela transparência nas atividades, bem como os relacionamentos da organização, os Comitês de assessoramento da Operadora contam também com a participação periódica do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de

Administração. **Comitê de Governança, Riscos e Compliance:** O Comitê de Governança, Riscos e Compliance tem por objetivo garantir a transparência e a ética na Operadora, zelando pela efetiva adoção das melhores práticas de Governança, assim como avaliar os riscos inerentes aos seus negócios, incluindo avaliação qualitativa e quantitativa, de forma a assegurar a boa gestão dos recursos, a proteção e a valorização do seu patrimônio e aderência ao ambiente regulatório. **Comitê de Investimentos:** O Comitê de Investimentos tem por objetivo analisar e aprovar as propostas de aplicações dos recursos financeiros a serem realizadas pela Operadora, observadas: segurança, rentabilidade, solvência e liquidez dos investimentos, de acordo com a legislação vigente, a Política de Investimentos e outras diretrizes que venham a ser adotadas pela Administração da Operadora. **Comitê de Produtos e Clientes:** O Comitê de Produtos e Clientes tem por objetivo definir a criação e o lançamento de produtos, bem como gerir seu desenvolvimento e introdução no mercado, estabelecer políticas e práticas de atendimento e de prestação de serviço diferenciada, além de identificar oportunidades de melhoria e definir planos de ações, frente aos índices e motivos de reclamações.

Comitê de Conduta Ética: Órgão de natureza multidisciplinar e independente, cuja finalidade é promover a legitimação, o respeito, o cumprimento e o aprimoramento constante dos valores corporativos e do Código de Conduta Ética da Operadora. **Gestão de capital:** A Unimed Saúde e Odonto S.A. segue a estrutura de gerenciamento de capital da sua controladora indireta, Unimed Seguradora S.A., a qual é suportada por Política específica, aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração. Esta Política estabelece papéis e responsabilidades, limites de suficiência, mecanismos de monitoramento e planos para reequilíbrio, quando constatadas irregularidades. As Direções Financeira, Técnica e Atuarial é responsável pela gestão e apuração dos resultados. De maneira independente, a área de Gestão de Riscos e Governança monitora a aderência da alocação de capital em relação aos critérios regulatórios, emitidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. O Capital necessário para suportar os riscos está demonstrado na Nota Explicativa nº 15.c. **a. Risco de subscrição:** Riscos de oscilação da provisão de eventos: Além dos critérios definidos em legislação, as metodologias aplicadas para a constituição das provisões nas operações de planos odontológicos, na sua grande maioria, baseadas em métodos usualmente adotados pela comunidade atuarial internacional. Para a gestão e mitigação do risco das provisões, a Operadora possui os seguintes procedimentos: **• Testes de consistência das metodologias de constituição das provisões -** neste procedimento é avaliada a adequação das metodologias utilizadas para a constituição das provisões técnicas. Este procedimento é realizado no mínimo anualmente; e **• Acompanhamento mensal da variação das provisões técnicas -** mensalmente são analisadas as variações observadas nas provisões técnicas para acompanhamento da sua adequação. Os procedimentos acima indicados são utilizados para definir se necessário, mudanças na metodologia de cálculo das provisões, revisão dos procedimentos de cálculo e a tomada de decisão. **b. Risco de mercado:** Possibilidade de perda ocasionada por um movimento adverso nos valores dos ativos e passivos, causada por mudanças nas taxas de juros e em outros indicadores, individualmente ou em conjunto e se subdivida da seguinte maneira: **Risco de oscilação de preços:** Possibilidade de perda no valor da carteira em função de mudanças adversas nos preços, taxas de juros, índices e derivativos. **(i) Gerenciamento do risco de mercado:** As seguintes técnicas são utilizadas para controlar e mitigar o risco de mercado: Para o controle de risco de mercado, a Operadora utiliza a conjunto de métricas mais adequado para cada carteira, fundo ou portfólio. Para acompanhamento do risco de mercado, seguimos o modelo de Value-at-Risk (VaR). Neste sentido, partes das aplicações financeiras são alocadas em fundos de investimentos abertos e, para estes casos, são realizadas análises através do acompanhamento constante junto aos gestores, os quais utilizam modelos como o VaR e ferramentas de avaliação de risco das carteiras destes fundos. Não obstante, contamos com o suporte de consultoria externa para avaliação de risco de mercado. **Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros é a perda resultante de mudanças da taxa de juros, inclusive mudando o aspecto das taxas de rendimentos. As exposições da Operadora ao risco da taxa de juros incluem, entre outros, o risco de taxa de juros para contratos e obrigações para contratos de investimentos (títulos privados e públicos constantes na carteira de investimentos). **(ii) Resultados do teste de sensibilidade:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: taxa de juros e cupons de títulos indexados a índices de inflação (IPCA). Para os títulos classificados na categoria "Ativos mantidos até o vencimento", as oscilações de taxas de juros no mercado não têm qualquer efeito sobre o valor contábil dos títulos, uma vez que estes são corrigidos unicamente pelos juros pactuados. No caso dos títulos classificados na categoria "Ativos disponíveis para venda", o impacto na oscilação das taxas de juros de mercado está diretamente relacionado à duração dos títulos. Com base nessas premissas, o teste de sensibilidade apresenta, para os títulos prefixados e atrelados à inflação (IPCA), classificados na categoria "Ativos disponíveis para venda", qual seria o impacto contábil e financeiro imediato caso as curvas de juros usadas na precificação desses títulos apresentassem uma oscilação de 1 (um) ponto percentual para mais ou para menos (de acordo com a duração de cada papel). O teste de sensibilidade oferece uma medida, portanto, do impacto de mercado atrelado aos ativos financeiros "Disponíveis para venda" e "Valor justo por meio do resultado" integrantes da carteira de investimentos da Operadora. O teste de sensibilidade oferece uma medida, portanto, do risco de mercado atrelado aos títulos "Disponíveis para venda" integrantes da carteira de investimentos da Unimed Saúde e Odonto S.A. No caso dos títulos atrelados a juros pós-fixados (CDI e SELIC), o teste de sensibilidade considerou qual seria o impacto contábil, num horizonte de 12 meses, decorrente do

aumento ou redução de um ponto percentual na taxa de juros projetada para este horizonte de tempo. Dessa forma, para os ativos pós-fixados, considerou-se o impacto que variações nas taxas de juros correntes teriam na rentabilidade da carteira ao longo dos próximos 12 meses. Impacto sobre lucro e patrimônio líquido, líquido dos impostos e contribuições:

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de reais)

indicadores com foco nos riscos priorizados (riscos considerados com impacto "alto"). Os resultados dos indicadores são acompanhados periodicamente. **(v) Reporte:** A etapa de reporte contempla a responsabilidade da área de Gestão de Riscos no apoio às áreas gestoras, assegurando o reporte do processo de Gestão de Riscos à alta Administração da Operadora. **f. Concentração de riscos:** A concentração apresentada é baseada no faturamento líquido obtido no exercício, porém, a distribuição de beneficiários é bem menos concentrada devido aos participantes dos planos de saúde empresarial, não estarem situados na mesma localização de seus estipulantes.

2018
g. Principais ramos de atuação: Aproximadamente 92,8% da carteira está concentrada em Planos Coletivos cujos riscos são minimizados através das revisões anuais dos contratos, visando o equilíbrio atuarial. A concentração de Planos Individuais ou Familiares é de apenas 7,2% sendo esta carteira reajustada anualmente por índice contratualmente pré-fixado.

5 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a. Resumo da classificação:

Títulos	Níveis	Vencimentos				Ativos			Total				
		Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Sem vencimento	Valor Contábil	Valor Custado	Ajuste a valor justo	2018	% 2017			
Valor justo por meio do resultado						40.930	40.930	40.930		65%	9.229	42%	
Quotas de Fundos de Renda Fixa	2					40.930	40.930	40.930		65%	7.543	34%	
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1										1.686	8%	
Disponível para venda		4.247	11.627	2.470		18.344	18.281	63	18.344	29%	12.899	58%	
Depósito bancário a prazo (CDB)	2	550	207			757	757		757	1%	1.990	8%	
Debêntures	2	4.900	2.470			7.370	7.318	52	7.370	12%	3.022	14%	
Letra Financeira (LF)	2	3.697	3.730			7.427	7.415	12	7.427	12%	3.491	16%	
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	2.790				2.790	2.791	(1)	2.790	4%	4.396	20%	
Mantidos até o vencimento						1.376	2.648		4.024	6%			
Debêntures	2			2.648		2.648	2.692	(44)	2.648	4%			
Letra Financeira (LF)	2			1.376		1.376	1.389	(13)	1.376	2%			
Total		4.247	13.003	5.118		40.930	63.298	63.292	6	63.298	100%	22.128	100%

b. Hierarquia do valor justo: Os valores de referência foram definidos como se segue: **• Nível 1:** títulos com cotação em mercado ativo; **• Nível 2:** títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1", mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável; e **• Nível 3:** títulos que não possuem valor justo determinado com base em um mercado observável. Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, não houve reclassificações entre as categorias dos referidos ativos financeiros, bem como entre níveis hierárquicos.

c. Taxa de juros contratada:

Títulos	Classe	Taxa de Juros Contratada	2018
Fundo Renda Fixa	Fundos de Renda Fixa		40,930
Depósito bancário a prazo (CDB)	Títulos Privados Renda Fixa	103,71%	CDI 757
Debêntures	Títulos Privados Renda Fixa	101,50%	CDI 4.998
			CDI 1,22%
			IGPM 6,10%
			IPCA 6,00%
			1.604
Letra Financeira (LF)	Títulos Privados Renda Fixa	108,05%	CDI 7.427
			IPCA 6,10%
			655
			PRE 12,42%
			721
LFT	Títulos Públicos pós-fixados	100%	SELIC 2.790
Total			63.298

d. Movimentação das aplicações financeiras:

	2018	2017
Saldo Inicial do Exercício	22.128	16.539
Aplicação	133.936	62.631
Resgate	(95.831)	(58.597)
IR	(783)	(336)
Receita Financeira	3.794	1.876
Ajuste a valor de mercado	54	15
Saldo Final do Exercício	63.298	22.128

e. Garantia das provisões técnicas:

	2018	2017
Provisões técnicas	8.533	6.886
Total a ser coberto	8.533	6.886
Títulos de renda fixa - públicos	2.790	4.396
Títulos de renda fixa - privados	10.936	3.830
Total de ativos em garantia	13.726	8.226
Suficiência de cobertura	5.193	1.340

6 CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA

a. Contraprestações a receber:

	2018	2017
Contraprestação a receber - pessoa física e jurídica	6.986	6.837
Contraprestação de responsabilidade assumida	695	-
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(5.099)	(5.336)
Total	2.582	1.501

10 IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a. Imobilizado:

	Movimento				2018				Taxes anuais de depreciação (%)
	2017	Aquisições	Baixas	Depreciação	2018	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido	
Hardware	5	-	-	-	5	49	(44)	5	20%
Móveis, máquinas e utensílios	79	4	(2)	(18)	63	182	(119)	63	10%
Equipamentos	12	3	-	(6)	15	40	(25)	15	10%
Total	102	7	(2)	(24)	83	271	(188)	83	
	Movimento				2017				Taxes anuais de depreciação (%)
2016	Aquisições	Baixas	Depreciação	2017	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido		
Hardware	5	-	-	5	49	(44)	5	20%	
Móveis, máquinas e utensílios	97	-	-	(18)	79	182	(103)	79	10%
Equipamentos	12	12	-	(6)	18	37	(19)	18	10%
Total	114	12	-	(24)	102	268	(166)	102	

b. Intangível:

	Movimento				2018				Taxes anuais de depreciação (%)
	2017	Amortização	2018	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Valor líquido			
Software	1.393	(576)	817	3.684	(2.867)	817	20%		
Aquisição de carteira (*)	2.286	(2.286)	-	23.369	(23.369)	-	29,4% (**)		
Total	3.679	(2.862)	817	27.053	(26.236)	817			
	Movimento				2017				Taxes anuais de depreciação (%)
2016	Amortização	2017	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Valor líquido				
Software	1.969	(576)	1.393	3.684	(2.291)	1.393	20%		
Aquisição de carteira (*)	7.129	(4.843)	2.286	23.369	(21.083)	2.286	29,4% (**)		
Total	9.098	(5.419)	3.679	27.053	(23.374)	3.679			

(*) Refere-se a aquisição de carteira Unimed Vitória em março de 2016. (**) Média das taxas de amortização utilizadas ao longo do exercício.

11 MOVIMENTAÇÃO DE PROVISÕES TÉCNICAS

	Provisão contra-prestação Não Ganha (PPCNG)	Provisão de eventos ocorridos e Não Avisado (PEONA)	Provisão de eventos a liquidar (PELS)	Total
Saldo no início do exercício	314	3.285	3.287	6.886
Constituição	7.915	658	36.792	45.365
Reversão	(7.888)	(212)	(4.008)	(12.108)
Pagamentos	-	-	(31.610)	(31.610)
Saldo no final do exercício	341	3.731	4.461	8.533

12 TRIBUTOS E ENCARGOS A RECOLHER

	2018	2017
Impostos sobre serviços - ISS	139	106
Contribuições previdenciárias	172	270
Impostos e contribuições retidos na fonte	121	140
Demais tributos e encargos a recolher	640	468
Circulante	1.072	984
Imposto de Renda	17	3
Contribuição Social	6	1
Não circulante	22	4
Total	1.094	988

13 DÉBITOS DIVERSOS

	2018	2017
Obrigações com pessoal	801	921
Fornecedores	298	211
Depósitos de terceiros	15	158
Despesas compartilhadas	327	450
Outros	-	20
Total	1.441	1.760

14 PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS

Natureza	Provisão para ações judiciais			Depósitos judiciais	
	Saldo em 2017	Principal	Reversão principal	Atualizações	Reversão de atualizações
1 - Fiscal	570	1.098	(16)	126	(69)
1.1 - INSS Liminar Judicial	47	304	-	13	-
1.2 - Taxa de Saúde Suplementar	493	494	(16)	32	-
1.3 - PIS Processo ISS	4	10	-	2	(2)
1.4 - COFINS Processo ISS	26	63	-	13	(12)
1.5 - COFINS sobre base PIS/COFINS	-	18	-	-	-
1.6 - PIS sobre base PIS/COFINS	-	3	-	-	-
1.7 - ISS Lei Complementar 157/16	-	206	-	66	(55)
2 - Contingências cíveis	121	358	(173)	34	(16)
3 - Contingências trabalhistas	74	-	(69)	2	(7)
Total	765	1.456	(258)	162	(92)

1. Fiscal: 1.1 INSS Liminar Judicial - Recolhimento da contribuição previdenciária, sobre verbas trabalhistas.

A Operadora, através de parecer de seus assessores jurídicos considera como perda possível as seguintes verbas, adicionais de hora-extra e noturno, férias usufruídas, descanso semanal remunerado, e considera como perda provável, salário-maternidade, salário-paternidade e gratificação natalina/13º salário, sendo certo que para estas verbas a Operadora vem realizando os depósitos judiciais dos valores e consequentemente constituindo a provisão destes valores. Cabe esclarecer que o aumento da reserva refere-se a verbas e 13º salário, sempre paga no mês de dezembro de cada exercício. **1.2 Taxa de Saúde Suplementar (TSS)** - Deste a legalidade da cobrança da referida taxa. Os assessores jurídicos consideram a probabilidade de perda como possível, e para fazer frente a eventual perda financeira ao fim da ação, a Operadora vem provisionando os valores relativos a taxa. **1.3 Exclusão do ISS da base de cálculo PIS - A Operadora através de seus assessores jurídicos considera a probabilidade de perda como possível, e para fazer frente a eventual perda futura, a Operadora vem provisionando os valores relativos a esta parte do tributo. 1.4 Exclusão do ISS da base de cálculo COFINS - A Operadora através de seus assessores jurídicos considera a probabilidade de perda como possível, e para fazer frente a eventual perda futura, a Operadora vem provisionando os valores relativos a esta parte do tributo. 1.5 COFINS sobre base PIS/COFINS - A Operadora através de seus assessores jurídicos considera a probabilidade de perda como possível, e para fazer frente a eventual perda futura, a Operadora vem provisionando os valores relativos a esta parte do tributo. 1.6 PIS sobre base PIS/COFINS - A Operadora através de seus assessores jurídicos considera a probabilidade de perda como possível, e para fazer frente a eventual perda futura, a Operadora vem provisionando os valores relativos a esta parte do tributo. 1.7 ISS Lei Complementar 157/16 - A Operadora através de seus assessores jurídicos considera a probabilidade de perda como possível, e para fazer frente a eventual perda futura, a Operadora vem provisionando os valores relativos a esta parte do tributo. 2. Contingências cíveis - A Operadora responde a processos de natureza trabalhista, em diversas fases de tramitação. Conforme avaliação dos nossos assessores jurídicos o montante para as classificações de perda "provável" e "possível" é de R\$ 164. Cabe esclarecer que conforme nota técnica a Operadora constitui provisão para os casos classificados com prognóstico de perda possível e provável.**

15 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$68.134 (R\$38.134 em 2017) composto por 100.000.000 (40.000.000 em 2017) ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Em 15 de fevereiro de 2018 houve aumento de capital de R\$ 30.000 mediante a emissão de 60.000.000 ações ordinárias. **b. Resultado do exercício:** A Operadora apresentou lucro líquido de R\$7.471 (R\$1.904 em 2017) e não houve destinação de reservas ou dividendos.

c. Patrimônio mínimo ajustado e margem de solvência:

	2018	2017
Patrimônio líquido	57.626	20.119
Adições:	-	7.011
(+) Gastos com aquisição de carteiras	578	3.941
Deduções:	(1.955)	(4.419)
(-) Despesas diferidas	(1.036)	(725)
(-) Despesas Antecipadas	(102)	(15)
(-) Ativo intangível	(817)	(3.679)
Patrimônio mínimo ajustado	55.671	22.711
a) 0,20 das contraprestações retidas dos últimos 12 meses	14.760	13.557
b) 0,33 da média dos eventos conhecidos dos últimos 36 meses	10.294	9.376
Margem de solvência (maior entre (a) e (b))	14.760	13.557
Suficiência (PMA - M.S.)	40.911	9.154
% sobre patrimônio mínimo ajustado	73,49%	40,31%

16 TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

Remuneração do pessoal-chave da Administração: É contabilizada na rubrica "Despesas administrativas" a remuneração paga aos Administradores, que compreende benefícios de curto prazo. Não é concedido qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. Segue: (a) Despesas administrativas e compartilhadas com as controladoras Unimed Seguradora S.A. e Unimed Seguros Saúde S.A.. (b) Receita com planos odontológicos com as controladoras, Unimed Seguradora S.A., Unimed Seguros Saúde S.A. e a empresa relacionada do Sistema Cooperativo Unimed (Federação Interfederativa das Cooperativas de trabalho médico do Estado de Minas Gerais). (c) Débitos de Operações assistência odontológica com as empresas pertencentes ao sistema cooperativo Unimed. (d) Remuneração pela estipulação de contratos de pró-labore com as empresas cooperativas singulares pertencentes ao sistema cooperativo Unimed. (e) Despesas com pessoal próprio com as controladoras Unimed Seguradora S.A. e Unimed Seguros Saúde S.A.. As principais operações com entidades do Complexo Cooperativo e Empresarial Unimed estão detalhadas a seguir:

	2018	2017
Passivo		
Débitos de operações: (c)		
Cooperativas Unimed	36	23
Débitos diversos: (a)		
Unimed Seguros Saúde S.A.	106	227
Unimed Seguradora S.A.	221	223
Total	363	473

	2018	2017
Receitas		
Contraprestações emitidas: (b)		
Federação Interestadual do Estado de Minas Gerais	38	41
Unimed Seguros Saúde S.A.	12	13
Unimed Seguradora S.A.	13	16
Total	63	70

	2018	2017
Despesas		
Despesas de Comercialização: (d)		
Cooperativas Unimed	174	213
Despesas com pessoal próprio: (e)		
Unimed Seguros Saúde S.A.	679	565
Unimed Seguradora S.A.	47	52
Despesas administrativas compartilhadas: (a)		
Unimed Seguros Saúde S.A.	1.453	1.840
Unimed Seguradora S.A.	2.538	2.525
Total	4.891	5.195

17 DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

a. Contraprestações efetivas:

	2018	2017
Contraprestações emitidas	76.200	70.466
Contraprestações canceladas	(2.355)	(2.645)
Contraprestações restituídas	(19)	-
Varição das contraprestações não ganhas	(27)	(35)
Total	73.799	67.786

b. Tributos diretos de operações com planos de assistência: